

# Transições

Centro Universitário Barão de Mauá

---

<https://doi.org/10.56344/2675-4398.v4n1a2023.5>



## Título

A intersecção entre a cidadania, o ensino e a sociedade

## Autores

Mario Marcos Lopes  
Emerson Benedito Ferreira

## Ano de publicação

2023

## Referência

LOPES, Mario Marcos; FERREIRA, Emerson Benedito. A intersecção entre a cidadania, o ensino e a sociedade. **Transições**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 1, 2023.

# A INTERSECÇÃO ENTRE A CIDADANIA, O ENSINO E A SOCIEDADE

Resenha da obra: FERREIRA, E. B.; LOPES, M. M. (Orgs.). **Pesquisas em educação**: cidadania, ensino e sociedade. São Carlos: Pedro & João, 2020. 175 p.

Mario Marcos Lopes\*  
Emerson Benedito Ferreira\*\*

## INTRODUÇÃO

“Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie” (BENJAMIN, 1987, p. 225). De fato, a epígrafe de Walter Benjamin nunca fez tanto sentido como em épocas atuais: a cultura não é imparcial e pode, obviamente, ser influenciada pelas condições ideológicas e pelos mecanismos administrativos daquilo que é conhecido como racionalidade instrumental ou sistêmica.<sup>1</sup>

Autores como Max Weber (racionalidade para fins) e Karl Marx (ideologia da infraestrutura econômica), por exemplo, já haviam mencionado a tese de que o modo de integração social não acontece necessariamente através de valores, mas também pela combinação e pela interferência dos mecanismos materiais e econômicos (mercado e poder administrativo) na racionalização e formação das sociedades modernas ocidentais.

Em outras palavras, a cultura não permanece incólume e pode, por isso, manifestar interesses velados, que emergem, atualmente, sob a carranca de

---

\* Mestrado em Desenvolvimento Territorial pela Universidade de Araraquara (Uniará). Docente do Centro Universitário Barão de Mauá. Contato: mario.lopes@baraodemaua.br

\*\* Doutorado em Educação pela UFSCar. Professor Assistente da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Contato: emerson\_ufscar@hotmail.com

<sup>1</sup> O termo “racionalidade instrumental” ou “sistêmica” significa, a grosso modo, um tipo de lógica ou ação social que tende a organizar a sociedade de acordo com os interesses políticos e econômicos vigentes (ou seja, de acordo com mecanismos do Sistema).

agendas partidárias antidemocráticas, patrimonialistas e fascistas. Isso demonstra não apenas a disparidade de interesses entre sistema (economia e política) e cultura (ciência, moral e arte), mas, principalmente, uma profunda crise de motivação – ou de credibilidade – às instituições políticas por parte das esferas culturais e da sociedade civil em geral.

Esse aspecto também demarca os propósitos da educação, que, dentre as suas diversas funções desempenhadas, também tem o dever de promover a integração das esferas culturais na sociedade. Ora, se as esferas culturais também podem ser “colonizadas”<sup>2</sup> pelos interesses sistêmicos, então é óbvio que a educação também sofre coações advindas de uma racionalidade instrumental e econômica. Daí a importância de refletir sobre a dimensão e a lógica dos mecanismos de integração sistêmica na educação, pois será a partir deles que se poderá falar o quanto realmente a escola é um espaço de interações simbólicas e emancipatórias, ou uma mera extensão dos interesses administrativos ou pautas partidárias.

Neste cenário, no qual barbárie e cultura convivem de maneira tão próxima, o livro *Pesquisas em Educação: cidadania, ensino e sociedade* – organizado pelos pesquisadores Emerson Benedito Ferreira e Mario Marcos Lopes – é um convite ao leitor para uma reflexão apurada sobre os “meios” e os “fins” que movem a educação, que, embora carregada de inúmeras dificuldades de ordem interna e externa, também traz consigo expectativas e promessas.

Os textos presentes nesta obra almejam, acima tudo, ser uma fagulha de esclarecimento e resistência em tempos obscuros e de mistificação generalizada.

No horizonte de uma leitura superficial e desatenta dos títulos que compõem o livro, pode-se chegar a uma avaliação subestimada do material,

---

<sup>2</sup> “Onde deveria dominar a ação comunicativa, o entendimento mútuo, respeito, a solidariedade tendo como objetivo o bem de todos os membros da comunidade, passa a dominar a ação instrumental. A colonização se efetua quando os membros da comunidade (por exemplo, da família) substituem a argumentação [...] pelo agir instrumental, ou seja, passam a mediar suas relações pelo dinheiro e pelo poder, usando-se mutuamente para fins técnicos, políticos ou econômicos” (GOERGEN, 2005, p.43).

erroneamente, julgado como difuso, aleatório ou sem qualquer intencionalidade de um objetivo comum. No entanto, se olharmos com mais atenção, veremos que os nove capítulos estão organizados em torno de três temáticas fundamentais para educação: ensino, cidadania e sociedade.

Os textos “*A concepção pedagógica tradicional e os obstáculos ao desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo*” – Capítulo 1 (de Alexssandro Claudino da Silva e Mario Marcos Lopes) e “*Base Nacional Comum Curricular e Ludicidade: uma experiência no processo de formação do docente de Língua Portuguesa*” – Capítulo 2 (de Marília Ferranti Marques Scorzoni e Elaine Christina Mota) apresentam reflexões valiosas sobre a importância de se repensar não apenas a formação docente, como também as linhas metodológicas do ensino e aprendizagem na educação atual. No capítulo 1, os autores apresentam apontamentos, reflexões, críticas e preocupações apresentadas por pesquisadores da educação sobre a utilização da concepção pedagógica tradicional no sistema básico de ensino brasileiro, para tanto, ao longo do texto idealizou-se refletir sobre o contexto histórico que marcou a formação das instâncias educacionais no país, relacionando essa concretização com fatores políticos, governamentais, econômicos e sociais. No capítulo 2, as pesquisadoras enfatizam as práticas de linguagem contemporâneas, os novos gêneros e a cultura digital na disciplina Prática do Ensino de Língua Portuguesa, ministrada no curso de Letras de uma Instituição de Ensino Superior do interior de São Paulo, por meio da metodologia da sala de aula invertida.

Já os artigos “*Tecnologias móveis no ensino e no aprendizado: uma abordagem na Educação Superior*” – capítulo 3 (de Luciana Baroni e Alberto Geraissate Paranhos de Oliveira) e “*Sala de Aula Invertida em um colégio do Interior Paulista*” – capítulo 4 (de Marcel Sérgio Albino), embora enfatizem igualmente a necessidade de metodologias inovadoras, apresentam como diferencial algumas considerações sobre o papel e a potencialidade pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação em sala de aula. A leitura do capítulo 3, por exemplo, nos leva a considerar que o

desempenho acadêmico está associado à atribuição de significado do uso de dispositivos móveis na educação. Em adição, um planejamento bem delineado das propostas de ensino e de aprendizagem constitui-se ferramenta aliada à conciliação entre o uso abusivo de *smartphones* e o aprendizado, assim, a familiaridade do discente com a linguagem digital pode ser transformada em fator de motivação no sentido da aprendizagem. Por sua vez, o autor Marcel Sérgio Albino (capítulo 4) apresenta a “Sala de Aula Interativa” como um processo que visa dar autonomia para o aluno conduzir o aprendizado fora do ambiente escolar, tendo contato com o material preparado pelo professor para desenvolvimento dos planos de aula, antes que a aula aconteça dentro da sala de aula

Em seguida, o livro apresenta dois textos relacionados à temática dos direitos sociais e exercício da cidadania em ambientes específicos: “*O direito ao lazer e o Projeto Nós Propomos! Ações educativas em Geografia envolvendo a cidadania*” – capítulo 5 (de Odair Ribeiro de Carvalho Filho, Valquíria Aguiar Meneghesso e Francislaine Soledade Carniel) e “*Literatura no contexto prisional: emancipação e ressignificação*” – capítulo 6 (de Danilo Augusto Reinol e Emerson Benedito Ferreira). Se por um lado os autores do Capítulo 5 apresentam um recorte do Projeto Nós Propomos! realizado no ano de 2018, em duas escolas públicas nos municípios de Ibitinga e Ribeirão Preto, com o objetivo de comprovar a eficácia do projeto no despertar da consciência cidadã quanto à preservação dos espaços públicos de lazer, por outro lado Danilo Augusto Reinol e Emerson Benedito Ferreira (capítulo 6) apresentam o Projeto Clube de Leitura, promovido na penitenciária de Araraquara, apresentando que o processo literário difundido no âmbito da prisão é ferramenta indispensável na ressocialização das pessoas privadas de liberdade, promovendo avanços significativos, suscitando em suas vidas um papel reparador, dando-os acesso a bens culturais e a uma educação que muitos deles em sua existência nunca tiveram oportunidade de usufruir. Neste contexto, ambos artigos são leituras fundamentais para uma análise do caráter libertário da educação, tanto sob o enfoque de uma resistência aos

mecanismos de poder, como do ponto de vista propositivo, isto é, de respostas alternativas, por meio de ações emancipatórias, àqueles discursos pessimistas sobre o potencial da educação.

Por fim, o livro se encerra com três pesquisas que, em geral, apresentam diversas facetas das relações de poder presentes nas estruturas societárias: *“Infância, Raça e Moral na Revista ‘O Tico-Tico’ (1930-1960)”* – capítulo 7 (de Mariane Costa Silva Zugliani, Emerson Benedito Ferreira, Mario Marcos Lopes e Paulo Rogério da Silva), onde pode-se notar que a evolução da história e da luta pelo direito a igualdade trouxeram grandes contribuições para a qualidade de vida e para a inserção da criança negra na escola. Entretanto, na visão dos autores, tornar a criança negra um ser com direitos assegurados e com seu desenvolvimento pleno, torna-se ainda custoso na medida em que a mistificação de conceitos se acentua na sociedade. Por outro lado, o capítulo 8 - *“Patrimonialismo e formação do Estado Brasileiro”* (de Ana Paula Peruzzi e Paulo Rogério da Silva) objetivam realçar políticas de inserção e participação popular, a abertura e divulgação de centros culturais, etc., e, por mais utópico que pareça, uma séria reforma na consciência coletiva, que contribua a olhar com mais otimismo para a nossa situação, contexto e história, como também auxilie a passar do estado de tutelados para uma condição de inconformismo social. Por fim, o capítulo 9 - *“Os conceitos de socialização e sociabilidade encontram o dispositivo”* (de Marcos Antonio Gonçalves dos Santos) são debatidos os respectivos conceitos por meio da concepção de diversos autores que objetivam atualizá-lo e ampliá-lo, articulando com outros conceitos para tentar refletir sobre as complexidades da vida contemporânea. Observa-se que as discussões apresentadas são apenas um ponta pé inicial; pois o assunto exige, de nossa parte, muitos mais estudos, reflexões e leitura aprofundada de cada autor.

Em relação aos três últimos capítulos, ainda que tais textos não abordem diretamente sobre aspectos pontuais do contexto escolar (currículo, processo de ensino e aprendizagem, metodologias, gestão escolar, políticas públicas educacionais etc.), estão, no entanto, intrinsecamente relacionados aos

mecanismos de poder que, por sua vez, estão presentes nas instituições democráticas – dentre elas, a escola. Logo, debater sobre as relações entre indivíduo e sociedade e seus respectivos tipos de integração social, também faz parte do corpo temático direcionado à educação.

Urge, portanto, continuarmos o perene movimento de revitalização da educação, porém, pelos mecanismos corretos! Quando os processos de ensino e aprendizagem são potencializados pelos mecanismos da comunicação, do entendimento e da inclusão social, acreditamos então que os procedimentos pedagógicos mediados linguisticamente serão capazes de emancipar não somente a instituição como também os atores que dela participam. A educação torna-se emancipada não porque dispõe de conceitos fundamentais de ordem cognitiva e moral, mas porque, enquanto espaço de entendimento, promove a discussão crítica acerca da aplicação e uso de tais conceitos. Esta possibilidade de reavaliação da *práxis* escolar cria nos seus atores uma formação esclarecida e autônoma, uma vez que se incluem, enquanto indivíduos, no próprio processo de aprendizagem coletiva.

## REFERÊNCIAS

BENJAMIN, W. Sobre o Conceito de História. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232.

GOERGEN, P. **Pós-Modernidade, Ética e Educação**. Campinas: Autores Associados, 2005.